

UM BLOCO MAIS FORTE NO DISTRITO DE AVEIRO COMO ALTERNATIVA À CRISE

Responder à pandemia: só com mais direitos e melhores serviços públicos

Em março foram diagnosticados os primeiros casos de Covid-19 em Portugal; quase nove meses depois muito mudou no país e no mundo. Na frente sanitária, o Serviço Nacional de Saúde e os seus profissionais vivem o desafio das suas vidas, tendo de responder à Covid-19 e a todas as outras necessidades de saúde que não podem ser adiadas. Na economia, a crise instalou-se e a destruição de riqueza e de postos de trabalho resultou numa crise social à qual é preciso dar resposta de forma urgente.

É cada vez mais evidente que os serviços públicos, a solidariedade social e o emprego é que protegem a população nos momentos mais difíceis; só eles conseguem construir uma sociedade em que ninguém fica para trás.

O Serviço Nacional de Saúde é o que garante que em plena pandemia ninguém fica sem diagnóstico ou tratamento. E só um Serviço Nacional de Saúde público e universal é que é capaz de tal garantia. O setor privado da saúde – que na primeira vaga encerrou portas, enviou centenas de trabalhadores para lay-off e denunciou convenções que tinha com o SNS – está mais preocupado em negociar os milhares de euros que pretende lucrar com cada doente com Covid19 do que em prestar um verdadeiro serviço à população; noutros países sem serviço público de saúde, como no caso dos EUA, cobra-se centenas de milhares de euros por tratamento e os mais pobres ficam sempre à porta dos hospitais.

A Escola pública é um esteio da sociedade e isso ficou bem patente na forma como também ela se adaptou para continuar a sua missão e, ao mesmo tempo, se revelou fundamental para fazer chegar respostas sociais a muitos alunos e famílias.

A Segurança Social, segundo um esquema de solidariedade social e intergeracional, permitiu a manutenção de muitos postos de trabalho e desenvolveu novas respostas para permitir o recolhimento dos mais vulneráveis e o isolamento profilático dos casos suspeitos.

O que falhou na resposta à pandemia nos últimos meses não foi a existência de um Estado Social, foi o não ter existido mais Estado Social; foi o não se ter reforçado e investido ainda mais nestas respostas solidárias.

Há muito que o Governo deveria ter reforçado devidamente o SNS, mas a verdade é que não o fez. O número de médicos chegou mesmo a reduzir-se em plena pandemia e o número de utentes sem médico de família disparou para mais de 1 milhão, o que é incompreensível e injustificável. Só em outubro é que o Governo decidiu avançar para a contratação definitiva de alguns profissionais, sendo que tem privilegiado os contratos precários de 4 meses. O não reforço do SNS mantém juntas médicas suspensas, cuidados de saúde primários pouco acessíveis e consultas e cirurgias adiadas. O SNS e os seus profissionais trabalham como nunca

e com a maior competência, o problema é que o Governo se recusa a dar-lhes os recursos e os instrumentos de que necessitam.

A proteção do emprego e o apoio aos mais vulneráveis também tem ficado muito aquém do que o país precisa.

Ao não proibir os despedimentos de todos os trabalhadores por parte de empresas que recorrem a apoios públicos, o Governo permitiu que muitas grandes empresas descartem centenas e centenas de trabalhadores temporários, ao mesmo tempo que recorrem ao dinheiro dos trabalhadores (da Segurança Social) para se financiar; ao não ter reforçado os mecanismos de fiscalização laboral, o Governo permitiu o abuso com a desculpa da pandemia; ao recusar-se a anular as alterações que a troika impôs ao Código do Trabalho, o Governo recusa dificultar despedimentos, promover a contratação coletiva ou repor o princípio do tratamento mais favorável.

O mesmo aconteceu nas respostas sociais que se exigem em tempo de crise: o setor cultural foi abandonado pelo 'drink de fim de tarde', os trabalhadores informais tiveram um anúncio de apoio que nunca chegou, setores de atividade, como a restauração e o pequeno comércio, ouvem o primeiro-ministro anunciar várias vezes apoios que nunca se concretizam.

Responder à pandemia e às várias crises que ela provocou exige muito mais do que a mera responsabilização individual. Exige mais Estado Social, mais serviços públicos, mais direitos no emprego e na economia. A verdade é que o Governo não tem estado à altura dessas exigências, insistindo em manter em 2021 a linha que tem falhado em 2020.

Na crise, o Bloco de Esquerda é a alternativa positiva!

No Bloco de Esquerda sabemos que à crise não se responde com mais crise. Não são válidas as saídas austeritárias que fazem os sonhos do PSD, CDS, CH e IL, nem é válido o estado de negação do Partido Socialista que acha que se responde à crise sem investir no SNS e sem proteger o emprego e os direitos sociais. Uma e outra, são saídas que só avolumarão a crise; por isso mesmo, ambas devem ser rejeitadas.

A crises máximas não se responde com respostas mínimas.

Responde-se com reforço do SNS. Fizemos uma nova Lei de Bases para isso mesmo. Queremos mais profissionais com carreiras dignas, medidas para trazer mais médicos e outros profissionais de saúde para o SNS e para que os concursos não continuem a ficar desertos, queremos a exclusividade e a formação de mais profissionais, queremos mais investimento porque sabemos que o dinheiro que vai para o SNS não é despesa, é o seguro de todos nós.

Responde-se com a proteção do emprego e com o combate ao abuso laboral. Não aceitamos legislação laboral da troika que facilita despedimentos e precariza os trabalhadores; não aceitamos que quem fatura milhões continue a despedir como quer e quando quer, que quem tem lucros enormes à custa do trabalho dos outros continue a recorrer ao trabalho temporário ou, benesse do PS aos patrões, a um período experimental de seis meses, onde o trabalhador tem todas as obrigações, mas nenhum direito.

Responde-se com solidariedade e com mais apoios sociais. Enquanto a Direita se radicaliza contra os mais pobres e o PS continua a não querer novas prestações sociais para quem perdeu tudo, é preciso emergir uma alternativa. Porque os recibos verdes, os trabalhadores

informais, os temporários que não têm tempo de desconto suficiente, os que já esgotaram o tempo de subsídio de desemprego, os trabalhadores da cultura, etc., não podem ser deixados para trás.

E também sabemos que um combate eficaz à pandemia faz-se intervindo nos determinantes económicos e sociais da doença. A resposta é mais transportes públicos para que sejam mais seguros, mais professores e funcionários nas escolas para que o número de alunos por turma seja reduzido; a resposta é garantir habitação condigna a todas a gente e reforçar a resposta pública habitacional, é garantir condições de higiene e segurança nos locais de trabalho e combater o trabalho à jorna, explorado por empresas que não respeitam nenhuma condição de saúde pública.

Esta é a alternativa eficaz à crise.

O Bloco é a Esquerda no distrito de Aveiro

Nas últimas eleições legislativas o Bloco de Esquerda teve 9,96% no distrito de Aveiro e elegeu, pela primeira vez, 2 deputados à Assembleia da República. Foi um resultado eleitoral acima da média nacional do Bloco e consolidou o Bloco como terceira força política no distrito e como principal força à esquerda do PS.

Temos hoje mais capacidade de intervenção, de levar ao Parlamento os assuntos e os problemas do distrito, de propor soluções para esses problemas. Foi isso que fizemos, por exemplo, quando apresentámos iniciativas legislativas para a requalificação integral da Linha do Vouga, para a reabertura do serviço de urgência e investimento no bloco operatório do hospital de Ovar, para a requalificação da escola secundária da Mealhada, para uma fiscalização do estado face ao abandono e modelo de gestão da mata do Bussaco, para o desassoreamento da ria de Aveiro ou para a despoluição da pateira e do rio Cértima.

Mas a consolidação do Bloco no distrito não é apenas uma questão de resultado eleitoral, é também uma questão de presença nos movimentos e nas lutas sociais que marcam e transformam o distrito de Aveiro.

Envolvemo-nos na Marcha LGBTI+ de Aveiro e na Marcha Feminista porque queremos uma sociedade livre de preconceitos homofóbicos e machistas e de discriminação baseada no género ou na orientação sexual. Estivemos presentes nas Greves pelo Clima, na manifestação Black Lives Matter em Aveiro e nas manifestações pelo reforço de assistentes operacionais nas escolas; não faltámos às várias lutas laborais e ambientais onde elas se realizaram porque o distrito que queremos construir é sustentável e respeitador do ambiente, é um distrito que não discrimina nem tolera discriminações, é um distrito onde os trabalhadores ganham direitos e a exploração laboral é combatida.

Hoje o Bloco é a Esquerda que elege no distrito, que tem capacidade de levar ao Parlamento as soluções necessárias para Aveiro, que participa em todas as lutas pela construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável. O objetivo deve ser o de continuar a alargar o campo desta esquerda irrequieta e inconformada, desta esquerda para o século XXI.

O que propomos e como o vamos conseguir

O Bloco é a alternativa à crise e, por isso, tem de ter por objetivo a mobilização em torno de um programa de recuperação do país que passe por mais direitos, mais acesso a serviços e bens essenciais e por uma sociedade mais justa.

Defenderemos, por isso, o investimento na Saúde: que se faça, de uma vez por todas, o investimento na ampliação do hospital de Aveiro e a melhoria das condições de internamento, que se invista nos hospitais de Espinho, Águeda, Estarreja, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis para ali serem colocados meios complementares de diagnóstico e terapêutica, mais especialidades médicas e para que se aumente a capacidade de internamento e de cirurgia, que se proceda à reabertura da urgência do hospital de Ovar e se faça a ampliação do bloco operatório; que se invista em equipamentos no hospital de São Sebastião na área da radiologia e da oncologia, para além do enfoque absolutamente necessário na área da psiquiatria e saúde mental. Defenderemos, em todo o distrito, a aposta nos cuidados de saúde primários, com equipas de saúde familiar para todos os utentes e respostas nas áreas da psicologia, saúde oral e saúde visual.

Defenderemos uma escola pública inclusiva e democrática, com direções eleitas pelos pares e com mais participação dos estudantes, figura central do sistema educativo. Exigiremos uma portaria de rácios que garanta um número de assistentes operacionais de acordo com as necessidades das escolas e a redução do número de alunos por turma para aumentar a qualidade do ensino e o acompanhamento mais próximo dos alunos.

Queremos uma Universidade com lugar para todos e todas. Por proposta do Bloco, entre 2018 e 2020, o valor legal máximo para propina baixou de 1068 para 687 euros, entre 2018 e 2020. Foi uma medida importante para garantir o acesso ao ensino superior, promover a igualdade social e devolver rendimentos do trabalho às famílias. Defendemos a abolição das propinas para reformar este caminho de gratuidade e universalidade do ensino. Defendemos o reforço desse caminho, que não discrimine os Estudantes Internacionais, cessando os constrangimentos legais que os impedem de aceder a parte considerável dos seus serviços, com uma maior ação social e a construção de residências universitárias, também para aliviar a pressão especulativa em Aveiro.

E porque bens e serviços essenciais devem ser públicos e não devem servir para uns quantos privados realizarem os seus lucros, defenderemos, em todos os municípios o carácter público dos serviços de água, de saneamento, de recolha de lixo e de transportes públicos municipais. Nos concelhos onde estes serviços foram privatizados, o Bloco de Esquerda lutará pela sua remunicipalização e participará e apoiará nos movimentos sociais que se formam com este objetivo. Em Aveiro estivemos e continuaremos a estar junto da população que se manifesta contra a privatização dos transportes municipais; em Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Santa Maria da Feira juntamo-nos a quem contesta a privatização da água e o assalto que isso representou na fatura mensal.

Num distrito profundamente marcado pelo abuso laboral e pela exploração mais iníqua, onde em vários setores de atividade o assédio moral é ainda uma regra, onde se impõe laboração contínua para aumentar o lucro do patrão à custa da saúde do trabalhador, onde se paga abaixo das tabelas dos contratos coletivos e onde a fiscalização é pouca, o objetivo do Bloco de Esquerda tem de ser a mobilização em torno do combate ao abuso e a favor da redistribuição que valoriza o salário e o trabalho. Como faremos isto? Denunciando e combatendo todas as situações de abuso, exigindo o reforço dos meios inspetivos da ACT, propondo alterações à legislação laboral que reforcem os direitos do trabalho.

Em pleno século XXI, a esquerda não será esquerda se não se empenhar nas lutas sobre o clima e sobre a ampliação e consagração de direitos.

Aveiro é um distrito com bastante riqueza natural que deve ser preservada e protegida.

Aveiro é na Europa, uma das regiões mais ameaçadas pela emergência climática, desde logo pelas zonas potencialmente inundáveis nas próximas décadas. É essencial garantir os direitos das populações afetadas, garantindo a sua participação e o direito à habitação e à sua comunidade. É necessário um compromisso forte a nível internacional e empenho nacional para a mudança de políticas, de modos de produção e de consumo para combater a crise climática. mas é também necessário adotar o território às mudanças e responder às perdas e danos. Os fenómenos climáticos extremos mais frequentes colocam o distrito em elevado risco de incêndios, pelo que é necessário mudar a estrutura da floresta, saindo do conceito do eucaliptal para uma floresta biodiversa, que promova a proteção da biodiversidade, associativa e que garanta uma repartição de riqueza mais justa, nomeadamente no que se refere aos pequenos produtores.

A descarbonização da sociedade implica também repensar o espaço urbano para o libertar do automóvel. Ainda a implementação de um plano nacional ferroviário que ligue todas as capitais de distrito e garanta a eletrificação da mobilidade ferroviária. No distrito, defendemos a requalificação da linha do Norte, a urgente requalificação de toda a linha do Vouga e uma adequada ligação à linha do Norte em Espinho. Ainda a ligação ferroviária Aveiro - Viseu - Guarda - Vilar Formoso - Estado espanhol.

No distrito de Aveiro a resposta da generalidade das autarquias às suas obrigações no campo do bem-estar animal tem sido bastante insuficiente e desajustada. Defendemos canis descentralizados, com condições e abertos à comunidade, virados para a promoção da adoção. Ainda programas de captura, esterilização e devolução de gatos. Iguamente de esterilização de cães. Estes programas devem ser desenvolvidos enquanto serviços públicos. É ainda necessário garantir que os abrigos de animais de associações detêm as condições e as práticas necessárias para alojar os mesmos, sendo que as autarquias deverão ter um papel positivo nesse apoio.

Recentemente, o PSD e o CDS celebraram um acordo com o Chega para a governação nos Açores e abriu a porta para entendimento a nível nacional. A direita tradicional sabe que não consegue ganhar eleições legislativas falando da economia e da vida concreta das pessoas. A herança de Passos Coelho e de Paulo Portas é pesada e mostra como a direita não é alternativa. Resta-lhe tentar colar-se às experiências que imitam em Portugal o legado de Bolsonaro e Trump. Esta desistência da direita tradicional terá a correspondente derrota.

Perante o recrudescimento do discurso de ódio, o Bloco de Esquerda reafirma uma sociedade humanista, com lugar para a tolerância, a diferença, a igualdade social e o diálogo; reafirma o espaço da decência onde os direitos humanos são a pedra basilar da democracia. Nas presidenciais, a candidatura de Marisa Matias emana desse espaço e a coordenadora distrital estará com toda a força na campanha eleitoral.

Também nas autárquicas, o distrito sabe agora que votar no PSD ou CDS - no poder em várias autarquias - pode ser o voto para um acordo com o Chega. No distrito, o Bloco é a Esquerda que faz a diferença, que tem a capacidade de ampliar o campo das lutas sociais, laborais e cívicas. É também a esquerda com capacidade para eleger representantes para as assembleias

de freguesia, assembleias municipais e eleger vereadores, combatendo maiorias absolutas dos partidos de sempre e dando corpo e consequência às reivindicações das populações.

Lista (efetivos)

2.860	Moisés Ferreira	14.882	Mário Manaia
1.664	Nelson Peralta	4.557	Helena Oliveira
9.084	Ana Luzia	10.212	Paulo Renato Oliveira
14.718	Sérgio Lamarão	14.885	Conceição Soares
10.219	Rita Baptista	12.748	Pedro Ribeiro
640	Joaquim Dias	11.151	Paulo Oliveira
105	Eva Braga	6.666	Celme Tavares
11.860	Luís Grilo	10.062	Pedro Alves
6.668	Virgínia Matos	14.119	Filipe Silva
11.411	João Moniz	13.022	Filipa Vieira
13.387	Eduardo Couto	4.833	Paulo Oliveira
12.256	Bianca Almeida	12.245	Gonçalo Lopes
14.353	Diana Moreira	11.525	Andreia Fonseca
		15.004	Tomás Nery
		4.314	Luís Sá
		14.354	Cláudia Afonso
11.855	Bruno Morais	13.911	Noel Rubio
12.493	Salomé Ventura	14.980	Alcino Martins

(suplentes)